

Diário Oficial

Atos do Município de Tibagi – Paraná | Criado pela Lei 2499/2013 | Distribuição Gratuita



IMPrensa OFICIAL – PUBLICAÇÃO DIÁRIA

Jornalista Responsável: Terri Rafael Ribeiro Angeluci
MTB: 59647/SP

LEI N° 3.045 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (S.I.M./POA), e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAGI**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (S.I.M./POA), no âmbito do município de Tibagi.

Art. 2º. Torna-se obrigatória a fiscalização e a inspeção prévia industrial e sanitária de todos os produtos de origem animal, quais sejam:

- I. Comestíveis;
- II. Preparados;
- III. Transformados;
- IV. Manipulados;
- V. Recebidos;
- VI. Acondicionados;
- VII. Depositados; e
- VIII. Em trânsito.

Art. 3º. A fiscalização e a inspeção tratadas nesta Lei abrangem, entre outros, os seguintes procedimentos:

- I. Realizar inspeção **ante mortem** e **post mortem** das diferentes espécies animais;
- II. Verificar as condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;
- III. Verificar a prática de higiene e dos hábitos higiênicos pelos manipuladores de alimentos;
- IV. Verificar os programas de autocontrole dos estabelecimentos;
- V. Verificar a rotulagem e os processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;
- VI. Coletar amostras para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises:
 - a) Físicas;
 - b) Microbiológicas;
 - c) Físico-químicas;
 - d) De biologia celular e molecular;
 - e) Histológicas; e
 - f) Demais análises que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo.
- VII. Avaliar as informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública ou das informações que façam parte de acordos internacionais com os países importadores;
- VIII. Avaliar o bem-estar dos animais destinados ao abate;
- IX. Verificar a água de abastecimento;
- X. Verificar as fases de:
 - a) Obtenção;
 - b) Recebimento;
 - c) Manipulação;
 - d) Beneficiamento;
 - e) Industrialização;
 - f) Fracionamento;
 - g) Conservação;
 - h) Armazenagem;
 - i) Acondicionamento;
 - j) Embalagem;
 - k) Rotulagem;
 - l) Expedição; e
 - m) Transporte de todos os produtos comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais;
- XI. Verificar a classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação específica ou em fórmulas registradas;
- XII. Examinar as matérias-primas e os produtos em trânsito no município.
- XIII. Averiguar os meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;
- XIV. Promover o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal;

XV. Verificar os controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva, a partir de seu recebimento nos estabelecimentos;

XVI. Averiguar a certificação sanitária dos produtos de origem animal; e

XVII. Outros procedimentos de inspeção considerados pertinentes à prática e ao desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal.

Art. 4º. Estão sujeitos à fiscalização prevista nesta Lei:

I. Animais destinados ao abate, a carne e seus derivados;

II. Pescado e seus derivados;

III. Leite e seus derivados;

IV. Ovo e seus derivados;

V. Produtos de abelhas e seus derivados; e

VI. Estabelecimentos classificados como autosserviço.

Art. 5º. A fiscalização de que trata esta Lei, far-se-á:

I. Nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;

II. Nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais previstas neste Decreto para abate ou industrialização;

III. Nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;

IV. Nos estabelecimentos que produzam e recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;

V. Nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VI. Nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização; e

VII. Nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal comestível e não-comestível, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados.

Art. 6º. O trabalho de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal será realizado:

I. Nos estabelecimentos e localizações descritas no art. 5º;

II. Por fiscais com formação em Medicina Veterinária, e demais cargos efetivos de atividades técnicas de fiscalização agropecuária, lotados na Secretaria ou Departamento de Agricultura do município de Tibagi respeitadas as devidas competências.

Art. 7º. Fica expressamente proibido, em todo o território do município de Tibagi, a duplicidade de fiscalização e inspeção industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal.

Parágrafo único: A fiscalização prevista no *caput* será exercida por um único órgão, na esfera federal, estadual ou municipal.

Art. 8º. Nos estabelecimentos de abate de animais torna-se obrigatória a inspeção industrial e sanitária em caráter permanente, para realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização **ante mortem** e **post mortem**, durante as operações de abate das diferentes espécies de açougue, de caça, de anfíbios e répteis nos estabelecimentos.

Art. 9º. Nos demais estabelecimentos registrados e nas outras instalações industriais dos estabelecimentos de que trata o art. 5º, excetuado o abate, a inspeção industrial e sanitária será em caráter periódico para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização.

Art. 10. Nenhum estabelecimento industrial de produtos de origem animal poderá funcionar no município sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade.

Art. 11. Consideram-se infrações a esta Lei:

I. Atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do SIM/POA no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II. Desacato, suborno, ou simples tentativa;

III. Informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, à qualidade e à procedência dos produtos; e

IV. Qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao S.I.M./POA.

§ 1º. O infrator que descumprir as disposições previstas nesta Lei será punido em caráter administrativo.

§ 2º. Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções ao infrator:

I. Advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II. Multa, que varia entre 1 e 200 (UFM's), nos casos não compreendidos no inciso I;

III. Apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV. Suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora; e

V. Interdição, total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 3º. As multas previstas no inciso I serão agravadas até o grau máximo, nos casos de:

I. Artifício;

II. Ardil;

III. Simulação;

IV. Desacato;

V. Embaraço; ou

VI. Resistência à ação fiscal.

Ano X – Edição nº 2039 - Tibagi, 10 de agosto de 2023.

Prefeitura de Tibagi | Praça Edmundo Mercer nº 34 | 42 3916 2200 | www.tibagi.pr.gov.br

§ 4º. O valor da multa será definido levando-se em conta:

I. Circunstâncias atenuantes ou agravantes; e

II. Situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 5º. A interdição de que trata o inciso V do § 1º poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 6º. Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro ou relacionamento.

§ 7º. Quando for o caso, o infrator será punido mediante responsabilidade civil e criminal.

§ 8º. As sanções previstas no *caput* serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, conforme descrito no Código de Defesa do Consumidor.

§ 9º. Caso o infrator venha a transgredir outras normas existentes que versam sobre os produtos de origem animal, será punido conforme o disposto nessas normas.

Art. 13. Ficará a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, fazer cumprir esta lei e as normas e regulamentos que vierem a ser implantados, por meios de dispositivos legais que dizem respeito à fiscalização e à inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos.

Art. 14. Fica instituída a Taxa Anual do Serviço de Inspeção Municipal dos Produtos de Origem Animal, cujo valor será de 01 (uma) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta lei, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, e suplementadas se necessário.

Art. 16. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, após a data de sua publicação oficial.

Parágrafo único: Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar os aspectos inerentes ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei Municipal nº 2.872, de 1º de outubro de 2021.

Palácio do Diamante, aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três (10/08/2023).

ARTUR RICARDO NOLTE
Prefeito Municipal